



PLANO DE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

2025 · 2027

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
DEZEMBRO DE 2025

Controladoria-Geral da União

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA
Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Acesso à Informação

Coordenação técnica:
TIAGO CHAVES OLIVEIRA
Diretor de Planejamento, Inovação e Sustentabilidade

CONTEÚDO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1. CONTEXTO	5
2. DESTAQUE DE AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025	7
3. CONCLUSÃO	10
ANEXO I. AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025	11
ANEXO II. AÇÕES PLANEJADAS PARA 2026 JÁ CONCLUÍDAS	21
ANEXO III. PERSPECTIVAS DE EXECUÇÃO DO PICC EM 2026	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

UM NOVO PATAMAR PARA A PROMOÇÃO DA INTEGRIDADE E O COMBATE À CORRUPÇÃO

Pela primeira vez na história do país, 55 órgãos do Governo Federal atuam de forma coordenada em 263 ações estratégicas ligadas à elevação da integridade e ao aperfeiçoamento do combate à corrupção.

O Plano, aprovado pelo Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, está organizado em cinco eixos temáticos estratégicos que transformam a gestão pública:

1. Controle da Qualidade do Uso dos Recursos Públicos
2. Integridade nas Relações Estado-Setor Privado
3. Transparência e Governo Aberto
4. Combate à Corrupção
5. Fortalecimento Institucional para a Integridade

A execução do Plano é assegurada por estrutura de governança em quatro níveis: monitoramento regular e contato direto com todos os órgãos executores, garantindo diálogo constante e apoio técnico; registro do andamento via sistema e-CGU; avaliação técnica de solicitações de alteração pelas unidades finalísticas da CGU; e validação colegiada das solicitações de mudança pelo Comitê de Governança Interna da CGU, composto por sua alta administração. Esta arquitetura equilibra flexibilidade necessária à execução com rigor na preservação dos objetivos estratégicos, assegurando que ajustes não comprometam a ambição das metas estabelecidas.

1. CONTEXTO

Este relatório apresenta um panorama do acompanhamento das ações relacionadas ao Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 (PICC).

O Plano conta com 263 ações estratégicas formuladas por 55 órgãos do Governo Federal, estabelecendo coordenação institucional em que o fortalecimento da integridade e o enfrentamento à corrupção deixaram de ser responsabilidade isolada de órgãos de controle para se tornarem compromissos compartilhados pela administração pública federal.

O gráfico a seguir quantifica o número de ações inicialmente previstas no plano e o atualmente existente, indicando quantas delas têm previsão de conclusão para 2025 e quantas já foram entregues até a conclusão deste relatório de monitoramento.

Figura 1 – Visão das ações do PICC em 05/12/2025

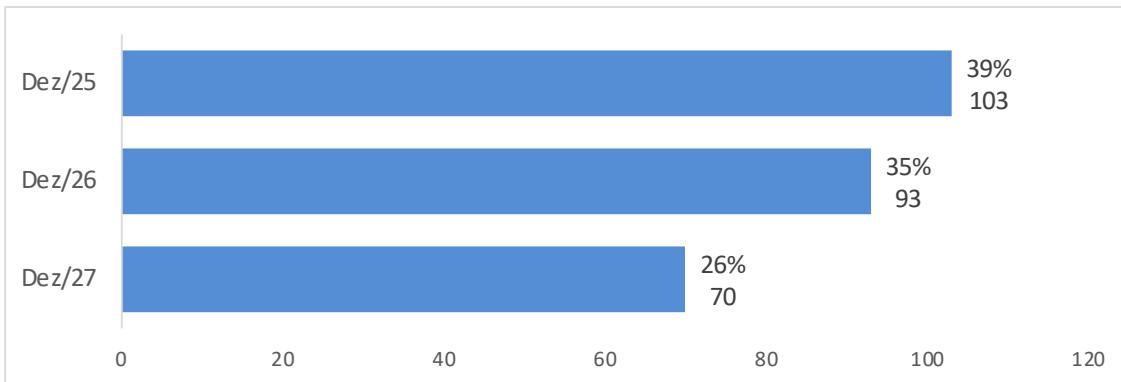


A estratégia do plano articula simultaneamente prevenção, detecção e repressão de atos ilícitos, com foco no fortalecimento institucional e na promoção da cultura de integridade.

A construção do Plano contou com participação da sociedade por meio de espaços de diálogo e contribuição popular, como seminários e fóruns com a setor privado, ONGs e Academia, conferindo legitimidade à iniciativa e consolidando o compromisso com a democracia participativa.

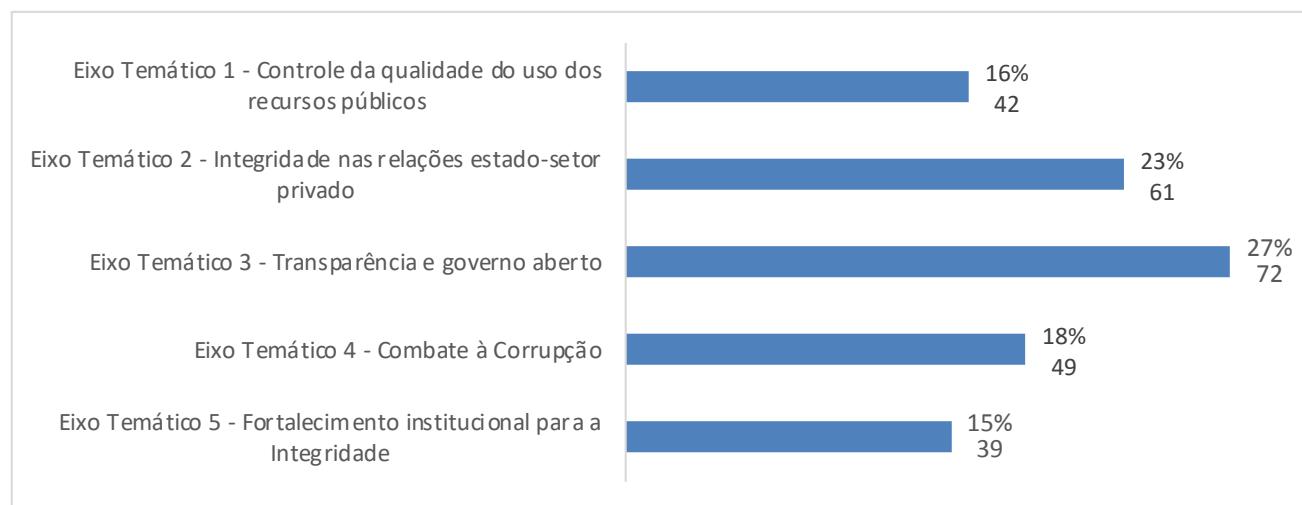
As ações do plano estão distribuídas conforme a seguinte previsão de conclusão:

Figura 2 - Ações por prazo previsto de conclusão



Em termos de direcionamento, as ações do Plano estão distribuídas em cinco eixos, conforme proporções indicadas:

Figura 3 - Ações por eixo do Plano



Para garantir o efetivo acompanhamento da sociedade, todas as ações do Plano são consolidadas no painel de monitoramento do Plano, que é atualizado diariamente.

2. DESTAQUE DE AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025

A seguir, são descritas ações que foram concluídas em 2025; e no Anexo 1, indica-se a relação completa das iniciativas deste ano.

EIXO 1: CONTROLE DA QUALIDADE DO USO DOS RECURSOS PÚBLICOS

R\$ 558 MILHÕES PROTEGIDOS EM 2025 - RECORDE HISTÓRICO

O aprimoramento das trilhas de auditoria no seguro-desemprego e abono salarial resultou na proteção ao sustento do trabalhador. Registrhou-se que R\$ 558 milhões em pagamentos irregulares de seguro-desemprego e abono salarial foram bloqueados preventivamente, valor superior à soma de todos os períodos anteriores. O resultado é fruto de aprimoramento tecnológico, com expansão de 62 para 112 trilhas de auditoria processadas semanalmente (50 novas trilhas em um ano). Adicionalmente, no período 2021-2025, um total de R\$ 481 milhões foram restituídos aos cofres públicos pela devolução de 288.799 parcelas indevidamente recebidas.

21 MILHÕES DE FAMÍLIAS PROTEGIDAS NO BOLSA FAMÍLIA

Novos marcos fiscalizatórios estabeleceram rede de controle compartilhado envolvendo 5.570 municípios, todos os estados e a União, garantindo que R\$ 170 bilhões anuais do programa cheguem exclusivamente às famílias que necessitam, consolidando a saída do Brasil do Mapa da Fome, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2025.

AGRICULTURA FAMILIAR FORTALECIDA CONTRA FRAUDES

O CAF 3.0 (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) integra bases da Receita Federal, DATAPREV, INCRA e Correios, permitindo verificação em tempo real de requisitos legais no cadastro e durante vigência, protegendo famílias produtoras contra fraudes cadastrais.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA FORTALECER A EDUCAÇÃO BÁSICA

O Malha Fina 2.0 emprega inteligência artificial para análise automatizada de contas dos programas de alimentação escolar (PNAE), transporte estudantil (PNATE) e infraestrutura (PDDE) nos 5.570 municípios brasileiros, transformando fiscalização reativa em atuação inteligente.

CULTURA TRANSPARENTE E ÍNTegra

A Lei Rouanet agora conta com monitoramento automatizado de contas bancárias, com comparação em tempo real de comprovações financeiras, garantindo rastreabilidade máxima dos recursos destinados ao incentivo cultural.

TRABALHO DIGNO E DIREITOS GARANTIDOS

O FGTS Digital implementado com escrituração 100% digital fortalece a proteção do patrimônio de milhões de trabalhadores brasileiros, com a eliminação de brechas para a sonegação de direitos trabalhistas.

EIXO 2: INTEGRIDADE NAS RELAÇÕES ESTADO-SETOR PRIVADO

REDE DE INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA DOS TRANSPORTES

Criou-se arquitetura inovadora de governança colaborativa integrando Ministério dos Transportes, Dnit, ANTT e Infra S.A., estabelecendo atuação coordenada em quatro eixos: ética e análise de riscos à integridade; transparência e participação social; conformidade e auditoria; e correição. A iniciativa se insere em setores estratégicos ao país.

METODOLOGIA NACIONAL DE QUANTIFICAÇÃO DE VANTAGEM ILÍCITA

O Manual de Metodologias de Quantificação da Vantagem Ilícita estabelece critérios objetivos para cálculo de vantagem indevida obtida por pessoas jurídicas em atos ilícitos contra a Administração Pública (Lei Anticorrupção), promovendo previsibilidade, uniformidade, transparência e segurança jurídica para setor público e privado.

EIXO 3: TRANSPARÊNCIA E GOVERNO ABERTO

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Através da transparência ativa, foi publicada a “Lista Suja” de empregadores que submetem trabalhadores a condições degradantes. O objetivo é o Brasil manter a liderança mundial no enfrentamento da escravidão contemporânea.

8 CONJUNTOS DE DADOS DE DIREITOS HUMANOS

Foi criada uma arquitetura de dados abertos que monitora desde a proteção de defensores de direitos humanos até violações contra crianças e adolescentes, permitindo controle social sobre as políticas para os mais vulneráveis. São 8 conjuntos de dados atualizados permanentemente no Portal Dados.gov.br: Erradicação do trabalho escravo, Defensores de Direitos Humanos; População em situação de rua - CIAMP Rua; Sistema socioeducativo; Violações contra crianças e adolescentes; Processos de anistiados políticos; Comissões de Erradicação do Trabalho Escravo; e Conselhos da Pessoa com Deficiência.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Polícia Federal lançou painel com informações sobre inquéritos policiais, organizados por tipo de crime, unidade da federação e origem, permitindo acompanhamento da atuação investigativa em todo território nacional.

PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

Divulgou-se no Portal da Transparência a lista completa dos estudantes beneficiados pelo incentivo financeiro-educacional, permitindo que sociedade, conselhos de educação e órgãos de controle acompanhem execução do programa e verifiquem correta alocação de recursos.

EIXO 4: COMBATE À CORRUPÇÃO

ROBÔ ALICE – TECNOLOGIA ANTICORRUPÇÃO

Finalizou-se a integração do Robô Alice ao ComprasGov.br. O auditor digital agora também apoia gestores públicos sinalizando situações de risco antes mesmo da ocorrência de irregularidades. A ferramenta democratiza acesso a instrumentos sofisticados de controle para todos os órgãos federais e consolida o Brasil como referência na aplicação de tecnologia no combate a desperdício de recursos.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ACORDOS SANCIONADORES (CONAS/AGU)

Criou-se equipe especializada para centralizar negociações de acordos vinculados ao Direito Sancionador (acordos de leniência, colaboração premiada, não persecução penal) na Advocacia Geral da União (AGU). A centralização maximiza o potencial de recuperação de ativos desviados e de responsabilização públicos, fortalecendo a capacidade da União de celebrar pactuações robustas. Implementada sem aumento de custos ao erário.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI FORTALECIDA CONTRA ILÍCITOS FINANCEIROS

Desenvolveu-se sistemática avançada para análise das Declarações Eletrônicas de Bens e Valores (e-DBV), com foco na fronteira Brasil-Paraguai. A consolidação e análise de informações registradas entre 2020 e 2024 fortalece a capacidade de detectar operações suspeitas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, contrabando e financiamento de atividades ilícitas, alinhando-se aos padrões internacionais do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI).

EIXO 5: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A INTEGRIDADE

MATURIDADE PARA A GESTÃO DA ÉTICA PÚBLICA

O Modelo de Maturidade da Gestão da Ética Pública estabelece um caminho para a evolução das instituições públicas sobre a ética. Ele será implementado em ciclos bianuais, permitindo que cada órgão do Poder Executivo federal trace caminhos estruturados para fortalecer suas práticas éticas, consolidando a integridade institucional em todo o Governo Federal.

3. CONCLUSÃO

O Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 apresenta avanço consistente em seu primeiro ano de execução.

Os resultados mensuráveis demonstram a efetividade da estratégia adotada. A coordenação institucional de 55 órgãos do Governo Federal representa avanço estrutural na forma como o Estado brasileiro trata a integridade pública. O combate à corrupção deixou de ser responsabilidade isolada de órgãos de controle para se tornar compromisso compartilhado pela administração pública federal, permeando políticas públicas essenciais em educação, assistência social, agricultura familiar, cultura, trabalho e direitos humanos.

O próximo ciclo de implementação do PICC marcará a consolidação das bases estabelecidas neste primeiro ano de execução. Em 2026, as 93 ações programadas, que representam 35% do total das ações do Plano, ampliarão o alcance das políticas de integridade em três direções estratégicas:

Primeira: aprofundamento da transparéncia, com ênfase nas agendas ambientais. Serão implementados portais especializados para benefícios e transferências do MDS, ampliada a divulgação de benefícios fiscais no Portal Brasileiro de Dados Abertos, e aperfeiçoada a transparéncia da execução orçamentária das agendas transversais do PPA, com destaque para a categoria ambiental (além de crianças e adolescentes, igualdade racial, mulheres e povos indígenas). Esta transparéncia reforçada permitirá à sociedade e à comunidade internacional acompanhar a aplicação efetiva dos recursos destinados às metas climáticas. Sistemas de contratação pública receberão identificador único para rastreabilidade completa, fundamental para obras de infraestrutura verde.

Segunda: fortalecimento institucional sistêmico. Está prevista a criação da Rede Nacional de Integridade Pública, congregando todos os órgãos federais, autárquicos e fundacionais para compartilhamento de práticas e elevação da maturidade institucional. Complementarmente, será elaborada a Estratégia de Governo Aberto do Governo Federal, com diretrizes para fortalecer transparéncia, participação e colaboração entre governo e sociedade.

Terceira: aprimoramento do marco legal. Serão propostas alterações na Lei Anticorrupção para incluir novos tipos de atos lesivos, ampliar o rol de sanções administrativas e estabelecer regras de compensação entre sanções. Simultaneamente, será discutida e aprovada a Política Nacional de Recuperação de Ativos, com medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas.

Setorialmente, destacam-se iniciativas em áreas estratégicas: no meio ambiente, ações voltadas à integridade na regularização fundiária e fiscalização de concessões de unidades de conservação; na previdência social, aperfeiçoamento de processos de detecção de irregularidades em benefícios; nas cidades, capacitação de agentes públicos das três esferas em integridade e boas práticas.

Diante do exposto, os relatos das ações destacadas comprovam a efetividade do Plano, com resultados consistentes alcançados ao longo do ano e forte comprometimento dos diversos órgãos envolvidos, bem como lançam as bases dos compromissos pactuados para os próximos ciclos do PICC.

ANEXO I. AÇÕES CONCLUÍDAS EM 2025

A seguir está a relação completa de ações que foram concluídas nos primeiros 12 meses de execução do Plano.

ID	ÓRGÃO	TÍTULO	PRAZO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1792853	AGU	Projeto de criação de Coordenação Nacional de Direito Sancionador Negocial	Dez/25	Criar equipe especializada para que possa centralizar as negociações de acordos vinculados ao Direito Sancionador em que a União seja parte. A ação não implica aumento de custos.
1792714	ANAC	Pesquisa de Jurisprudência da Diretoria Colegiada da ANAC	Dez/25	Disponibilizar uma solução, aberta ao público, de pesquisa jurisprudencial, nos moldes das plataformas do Poder Judiciário, que disponibilize as ementas das deliberações da Diretoria Colegiada.
1792691	ANCINE	Malha-Fina Ancine	Dez/25	Desenvolver, em parceria com a CGU, o sistema de análise automatizada (modelo preditivo) de processos de prestação de contas, com a utilização de parâmetros e indicadores de riscos.
1792871	ANM	Fortalecimento da cultura de integridade e cultura ética	Dez/26	Realizar ações diversas de capacitação: a) instrumento sobre boas práticas e conduta ética publicado; b) realizar 2 capacitações sobre temas relacionados à integridade pública.
1792731	ANS	Revisão do Plano de Integridade da ANS	Dez/25	Revisar o Plano de Integridade da ANS com a identificação de novos riscos de integridade e inclusão da pauta ESG.
1792716	ANP	Aprimoramento do processo decisório visando maior transparência e subsídio ao controle social	Dez/25	Concluir a elaboração e implementar novo normativo referente ao processo decisório e apresentar proposta de revisão das disposições do Decreto nº 2.455/1998, visando a evitar o predomínio do entendimento de um único diretor sobre as matérias afetas ao conjunto de áreas a ele vinculadas e ao exercício pleno da autonomia administrativa da Agência.
1792899	ANP	Aprimoramento do programa de integridade da ANP	Dez/25	Aperfeiçoar e fortalecer o programa de integridade da ANP, por meio i) da revisão da Metodologia de Gestão de Riscos (MGR) e a ampliação de sua aplicação para um maior número de fluxos e processos; ii) da formulação do Plano de Gestão de Riscos 2025/2026; iii) do monitoramento das recomendações do Relatório de Avaliação de Governança Organizacional e Gestão Interna; e iv) do monitoramento da avaliação do nível de maturidade das ações de integridade e das práticas de gestão
1792774	ANTAQ	Manual de classificação de documentos e processos no âmbito da ANTAQ.	Dez/25	Coordenar ações dos setores da ANTAQ para auxiliar o corpo técnico a identificar os elementos que caracterizam as hipóteses legais de restrição, uniformizar as ações de restrição, fomentar a cultura de transparência e realizar ações de endomarketing.

1792884	CEP	Maturidade para a Gestão da Ética Pública	Dez/25	Estabelecer modelo de maturidade para aprimoramento da gestão da ética da administração pública federal.
1792885	CEP	Plataformas e Boas Práticas para Comissões Setoriais de Ética	Dez/25	Implementar ferramentas e disseminar boas práticas e conteúdos para aprimorar e fortalecer as comissões setoriais de ética.
1792886	CEP	Capacitação para Fortalecimento da Ética e Eficiência Interna	Dez/25	Implementar programas de capacitação para fortalecimento da ética e melhoria dos processos internos das comissões setoriais.
1792662	CGU	Novo modelo informatizado para prestação de contas na área da educação - Malha Fina 2.0	Dez/25	Desenvolver sistema informatizado com modelo preditivo para gestão de riscos na análise de contas relacionados a recursos na área da educação (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os seguintes programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).
1792735	CGU	Metodologia de avaliação de programas de integridade das empresas estatais + Pró-Ética	Dez/25	Desenvolver metodologia de avaliação de programas de integridade das empresas estatais + Pró-Ética.
1792780	CGU	Aprimoramento da composição e da governança do CGINDA com aumento da participação da sociedade civil	Dez/25	Propor ações de retomada dos trabalhos do CGINDA com aumento da participação da sociedade civil na composição do Comitê Gestor.
1792798	CGU	Solução tecnológica para compatibilizar o acesso à informação e a proteção aos dados pessoais	Dez/25	Implementar funcionalidade para tarjamento automático de informações pessoais no Fala. BR, para tratamento de pedidos de informação e manifestações de ouvidoria.
1792849	CGU	Índice de Desenvolvimento e Execução Correcional - IDECOR	Dez/25	Implantar o Índice de Desenvolvimento e Execução Correcional - IDECOR em transparência ativa, com a finalidade de possibilitar o controle social sobre as estruturas correcionais existentes nos órgãos do Poder Executivo Federal e uma maior eficiência das atividades correcionais desempenhadas
1792855	CGU	Atualização das normas disciplinares dos servidores públicos federais	Dez/25	Apresentar proposta de atualização das normas disciplinares dos servidores públicos civis da União.
1792856	CGU	Assistente Virtual no Sistema EPAD - Projeto EVA	Dez/25	Disponibilizar assistente Virtual do EPAD - EVA para auxiliar as comissões na condução de procedimentos e processos correcionais por meio de orientações procedimentais, técnicas, operacionais e jurídicas constantes do Banco Atualizado de Soluções e Entendimentos (BASE).

1792867	CGU	Metodologias de quantificação da vantagem ilícita obtida com atos de corrupção	Dez/25	Definir metodologia de cálculo para identificação e quantificação da vantagem indevida auferida por pessoas jurídicas em atos ilícitos cometidos contra a Administração Pública, notadamente aqueles previstos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção-LAC), promovendo a previsibilidade e uniformidade na sua aplicação.
1867756	CGU	Reestruturação e implementação do Programa Time Brasil, destinado a entes subnacionais	Dez/25	Reestruturar o programa Time Brasil para que ele possa oferecer aos entes subnacionais ferramentas, capacitações e orientações para fortalecer a integridade pública nos entes subnacionais.
1868243	CGU	Publicação do Referencial da Gestão da Integridade	Dez/25	Elaborar e aprovar Referencial Técnico da Gestão da Integridade.
1792663	CGU	Aproximação da atuação da CGU junto aos municípios, gestores locais e cidadãos (CGU PRESENTE)	Dez/26	Promover avaliações colaborativas e in loco de programas federais em execução nos municípios brasileiros, com foco nos cidadãos, gestores e conselheiros das instâncias de controle social, com vistas ao aprimoramento da efetividade das políticas públicas, bem como ações de fortalecimento das capacidades locais.
1792923	CGU/ MFAZ	Acordo de Cooperação Técnica RFB-CGU: combate ao enriquecimento ilícito de agentes públicos	Dez/25	Colaborar no aprimoramento e desenvolvimento de práticas e métodos voltados à análise patrimonial de agentes públicos, nos termos fixados em Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado entre RFB e CGU.
1792681	MDA	Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle relativos à emissão e à manutenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)	Dez/25	Implementar, no Sistema Informatizado do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), rotinas automatizadas destinadas à verificação dos requisitos legais no momento do cadastro e periodicamente, ao longo da sua vigência. Tais rotinas serão operacionalizadas a partir da integração do Sistema com outras bases de dados do Governo Federal.

1792818	MDHC	Ampliação da transparéncia em Comissões, Conselhos e programas na temática de Direitos Humanos	Dez/25	Promover a publicação atualizada das seguintes informações: - lista de Estados e Municípios com Comissões de Erradicação do Trabalho Escravo instituídas, com atualização mensal; - lista de Estados e Municípios com Conselhos de Promoção e Direitos da Pessoa com Deficiência instituídos, com atualização semestral; - lista de Estados e Municípios com Comitês Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua) instituídos, com atualização quadrienal. - relatórios de síntese de dados do Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), com atualização bimestral; - informações sobre os perfis da comunidade socioeducativa, incluindo profissionais e adolescentes, com atualização anual; - informações sobre a implementação do Programa, contemplando as parcerias celebradas, ações itinerantes periódicas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos realizadas, relatório das comitivas do MDHC enviadas para o território, equipagem de Conselhos Tutelares, com atualização trimestral; e - registros de dados sobre violação de direitos humanos de crianças e adolescentes, as respectivas medidas protetivas e os documentos expedidos aos órgãos do sistema de garantia de direitos, que são fontes de dados e informações para a gestão da política pública, com atualização mensal. - lista organizada de informações sobre os processos de declaração de anistiados políticos, com atualização quadrienal.
1792761	MDHC	Transparéncia às informações sobre as Emendas Parlamentares de responsabilidade do Ministério	Dez/25	Publicar, semestralmente, informações sistematizadas sobre os autores das emendas, números das emendas, unidades responsáveis por analisar as propostas e as propostas cadastradas no Transferegov, bem como o valor de cada uma.
1792819	MDHC	Fortalecimento do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), plataforma que reúne informações e indicadores estratégicos sobre os grupos sociais e os temas prioritários do MDHC	Dez/25	Difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, fornecendo evidências para o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de defesa, promoção, proteção, educação e cultura em direitos humanos, nos níveis de governo federal, estadual e municipal e junto à sociedade civil. Pretende-se reunir indicadores inéditos sobre grupos vulnerabilizados, com base em evidências científicas, para que ObservaDH se torne o maior conjunto de dados sobre direitos humanos disponível no país para monitoramento e análise de políticas públicas.

1792820	MDHC	Reestruturação da eficiência dos serviços da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH)	Dez/25	Revisar os protocolos de atendimento adotados pela ONDH, e reestruturar, aprimorar e expandir os canais de atendimento. Serão objeto dessas melhorias: - da Central de Atendimento do Disque Direitos Humanos – Disque 100; -sítio eletrônico na internet destinado ao recebimento de denúncias de violações de direitos humanos; - aplicativos para denúncias, informações e reclamações; - sistema de chat (atendimento humano ou bot), atendimento por aplicativos de mensagens e sistema de vídeo chamadas em Libras; - sistema informatizado e demais sistemas, canais e ferramentas eventualmente disponibilizados.
1792739	MDIC	Fortalecimento dos Programas de Integridade Privada	Dez/25	Desenvolver e incentivar, em parceria com a CGU, a adoção de medidas de integridade na relação do setor público com o setor privado, com base nos parâmetros do Programa Empresa PróÉtica e do Pacto Brasil pela Integridade.
1792784	MDIC	Aprimoramento da transparéncia ativa no MDIC sobre o comércio exterior.	Dez/25	Fortalecer a publicidade de dados e informações da atuação do MDIC por meio da publicidade de painéis contendo quantitativos, valores e tempos relacionados aos documentos de licenciamento de exportação.
1792664	MDS	Novos marcos fiscalizatórios para adesão de estados e municípios ao Programa Bolsa Família e CadÚnico	Dez/25	Estabelecer novos marcos fiscalizatórios do PBF e do CadÚnico, junto aos entes federados, nos termos da LOAS, da Lei nº 14601/2023 e da Resolução CNAS nº 15/2014, por meio do fomento à elaboração de planos, contendo atividades de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, a partir de construção de metodologia específica, fixando o compromisso dos gestores no Termo de Adesão, além de minutas construídas em conjunto pelos atores da Rede Federal de Fiscalização, em articulação com o CNAS, consultas públicas e demais instâncias de participação e controle social no âmbito da assistência social.
1792765	MEC	Transparéncia nos beneficiários do programa Pé de Meia	Dez/25	Divulgar em Transparéncia Ativa no Portal da Transparéncia a relação dos estudantes contemplados com o incentivo financeiro-educacional.
1792902	MEMP	Aprovação e implantação do Programa e Plano de Integridade	Dez/25	Estruturar e implementar o Programa de Integridade do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alinhando-se às diretrizes da Política de Governança e do Sitai. O programa deve promover a prevenção, detecção e correção de atos ilícitos e desvios éticos, além de fomentar uma cultura de responsabilidade e transparéncia na gestão dos recursos públicos.
1792838	MFAZ	Criação de mecanismo de captação e integração dos dados relativos aos beneficiários finais	Dez/25	Desenvolver mecanismo rápido e eficiente de captação das informações relativas a beneficiários finais, possibilitando sua integração, a massificação das consultas e o intercâmbio dos dados.

1792862	MFAZ	Fortalecimento do combate ao transporte transfronteiriço de valores ilícitos.	Dez/25	Desenvolver sistemática de análise das declarações de bens e valores apresentada para a RFB com vistas à detecção de indícios do cometimento de crimes financeiros.
1792880	MGI	Fortalecimento do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com ênfase na melhoria da usabilidade e na eficácia do acompanhamento da implementação de políticas públicas federais.	Dez/25	Prover capacidade ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para atender todos os entes subnacionais brasileiros. O PNCP está sendo adequado para propiciar melhor usabilidade aos usuários. Além disso, o PNCP possibilitará que as plataformas integradas, incluindo o Compras.gov.br, enviem informações sobre a fonte dos recursos orçamentários por esfera, além de recursos oriundos de organismos internacionais.
1792767	MGI	Aprimoramento da transparéncia de Notas Fiscais Eletrônicas em contratações públicas.	Dez/25	Promover evolução no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para acessar os dados das NF-e na RFB, de contratações públicas em âmbito federal, realizadas em todo o território nacional, conforme os ritos estabelecidos pela Lei 14.133/2021, de modo que seja possível disponibilizar informações não sigilosas no Portal. O PNCP contempla informações sobre as contratações públicas no âmbito nacional. Foi criado em agosto de 2021 para oferecer mais transparéncia sobre as contratações feitas pelos órgãos da União, dos estados e dos municípios, no Executivo, Legislativo ou Judiciário, conforme exigência da Lei 14.133. O PNCP é utilizado por fornecedores, agentes de contratação, gestores públicos, órgãos de controle e sociedade brasileira. A plataforma permite que cidadãos e organizações monitorem e fiscalizem o uso de recursos públicos.
1792839	MGI	Uso seguro da identidade digital Gov.br	Dez/25	Aprimorar diversas funcionalidades de segurança da autenticação da Plataforma gov.br (Login Único), como revisão dos fluxos de aumento de nível de conta, validação em duas etapas, gestão de dispositivos, integração com novas bases de dados biométricas e evoluções no sistema de detecção de deepfake. Além dos aprimoramentos, implementar novas camadas de segurança como uso de WAF e sistema antifraude.
1792696	MGI	Padronização da fiscalização do patrimônio da União	Dez/25	Implementar o E-SPU Fiscalização – grupo nacional, para realização de análise dos recursos interpostos contra infrações administrativas praticadas em imóveis da União, contribuindo para a padronização de entendimentos jurídico-administrativos da SPU.
1792686	MINC	Aprimoramento do monitoramento dos projetos culturais do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais da Lei Rouanet	Dez/25	Aprimorar o monitoramento em tempo real para acompanhar a comprovação financeira dos projetos culturais apoiados pela Lei Rouanet, incorporando ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) mecanismos de varredura das contas bancárias abertas pelo MinC para gerir projetos e de comparação com as informações de comprovação registradas no sistema.

1792685	MINC	Qualificação da Plataforma Mapas Culturais para Gestão Federativa da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB	Dez/25	Aprimorar a plataforma Mapas Culturais de modo a oferecer uma solução tecnológica que apoie a gestão do fomento cultural por entes estaduais e municipais.
1792697	MIR	Implementação do monitoramento e da avaliação de políticas públicas com perspectiva racial	Dez/25	Instituir o Grupo de Trabalho Permanente de Monitoramento e Avaliação de Políticas no MIGualdade Racial (GTMAPIR)
1792788	MJSP	Dados abertos, inquéritos policiais.	Dez/25	Tornar transparente dados quantitativos e qualitativos das investigações da Polícia Federal por meio de publicação de painel de BI com informações de inquéritos policiais em andamento no Portal de Dados Abertos.
1792688	MTE	Regulamentação e implementação do sistema de escrituração digital e FGTS Digital	Dez/25	Regulamentar e implementar sistema de escrituração digital e FGTS Digital, contribuindo para o direcionamento de ações estratégicas e para a governança do fundo e permitindo o avanço da Auditoria Fiscal no sentido de aperfeiçoar e modernizar os processos de fiscalização e cobrança administrativa do FGTS, tornando-os mais ágeis, eficazes, eficientes e efetivos, mitigando inclusive o risco de prescrição.
1792809	MTE	Transparência ativa de ações fiscais de combate ao trabalho escravo	Dez/25	Disponibilizar em transparência ativa informações relativas aos resultados das ações fiscais de combate ao trabalho escravo nos termos da Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR N° 18 DE 13/09/2024, que atualizou as regras do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão. Passou-se a prever a existência de uma nova lista de divulgação ativa, que se refere a empregadores que, embora flagrados explorando trabalho análogo ao escravo, assumem perante a União, mediante Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo Judicial, compromissos robustos de saneamento, reparação e prevenção quanto à ocorrência do ilícito.

1792907	MTE	Fortalecimento no processo de combate a irregularidade e fraude no seguro-desemprego e abono salarial.	Dez/25	Aprimorar os normativos e manuais operacionais aplicáveis, bem como investir em capacitação dos agentes operacionais de modo a combater irregularidade e fraude na concessão dos benefícios. De forma mais específica serão executadas: 1.1. Publicar normativo tratando do credenciamento de agentes e de postos usuários dos sistemas operacionais do seguro-desemprego e do abono salarial, contemplando critérios e forma de acesso. 1.2. Capacitar, atualizar e publicar material de apoio para os agentes usuários do sistema operacional do seguro-desemprego e abono salarial, de forma sistemática; 1.3. Com base em avaliações internas e de órgãos de controle, aprimorar os mecanismos de controle para a validação dos registros de modo a robustecer o combate a fraudes se utilizando, por exemplo, de cruzamento de bases de dados governamentais para evitar o pagamento a pessoas com registro de falecimento, com vínculos em empresas inexistentes, com divergência de renda dentre outras inconsistências cadastrais.
1792699	MTE	Aprimoramento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.	Dez/25	Desenvolver o módulo de segurança e medidas técnicas para garantir correção no envio de informações, identificação do informante e de sua autorização para envio das informações.
1792689	MTE	Fiscalização do processo de concessão de pagamento de benefícios trabalhistas	Dez/25	Construir e implementar trilhas de auditorias automatizadas e de forma sistemática, com aprimoramento da análise de riscos no processo de concessão de pagamento mensal, com detecção de possíveis irregularidades na concessão do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial de forma sistemática.
1792725	MTR	Rede de Integridade e Transparéncia dos Transportes	Dez/25	Instituir a Rede de Integridade e Transparéncia dos Transportes, com o objetivo de promover a atuação colaborativa entre o Ministério dos Transportes e suas unidades vinculadas, DNIT, ANTT e Infra S.A. em temas como ética e análise de riscos à integridade; transparéncia, acesso à informação, participação social e diversidade; conformidade, controle e auditoria; e correição.
1792754	MTR	Fortalecimento da Prevenção ao Conflito de Interesses no Ministério dos Transportes	Dez/25	1) Melhorar a efetividade das análises preliminares pelos órgãos no SeCl; 2) Disponibilizar novas ferramentas de prevenção; 3) Formatar e disponibilizar ações de capacitação sobre conflito de interesse; e 4) Realizar revisões normativas e uniformizar entendimentos e procedimentos de capacitação sobre conflito de interesses.
1792792	MTR	Transparéncia dos processos	Dez/25	Disponibilizar acesso à sociedade dos processos em tramitação no MT por meio do Sistema SEI, exceto os que têm caráter restrito por lei.

1792903	MTR	Elaboração do Plano de Integridade	Dez/25	1) Elaborar, aprovar e publicar o Programa de Integridade do Ministério dos Transportes (MT), o qual define diretrizes para todas as vinculadas; 2) Estabelecer plano de ação para a implementação do Plano de Integridade no MT; 3) Instituir sistemática de monitoramento, avaliação e comunicação periódica dos resultados do Plano de Integridade do MT; e 4) Realizar oficinas periódicas do processo de gestão de riscos de integridade no MT.
1792724	MTR	Diretrizes para a promoção da integridade nas relações entre o Ministério dos Transportes e o setor privado	Dez/25	Desenvolver e incentivar, em parceria com a CGU, a adoção de medidas de integridade, em especial no âmbito dos contratos administrativos firmados pelo Ministério dos Transportes e suas entidades vinculadas com empresas privadas, com destaque para o fomento ao Programa Nacional de Promoção da Integridade Privada, ao Programa Empresa Pró-Ética; e ao Pacto Brasil.
1792910	MTR	Transparéncia Pública	Dez/25	Fortalecer e ampliar a transparéncia de dados, fluxos e resultados de processos no âmbito do Ministério dos Transportes, por meio de ações tais como: (i) Aprimorar os painéis e indicadores de execução orçamentária e financeira, para divulgação do Portal em linguagem cidadã e estabelecer sistemática para o seu monitoramento e atualização; (ii) Elaborar e publicar Portaria disciplinando, no âmbito do Ministério dos Transportes, a Política de Transparéncia e Acesso à Informação, com enfoque na Transparéncia Ativa, Passiva e Abertura de Dados.
1792700	MTUR	Redução dos trâmites burocráticos e aumento da eficiência	Dez/25	Propor soluções customizadas e transversais, construídas em conjunto com as áreas técnicas e as áreas de apoio à governança, objetivando a simplificação dos procedimentos administrativos, principalmente no que tange ao tratamento das demandas que tramitam por diversas áreas até chegar à principal unidade respondente. A redução dos trâmites, com o redesenho do processo de tratamento de demandas permitirá o aumento da eficiência e do tempo de resposta.
1792726	SG/PR	Formalização de parcerias e cooperação para execução de ações do Programa de Participação Social.	Dez/26	Elaborar e publicar Termos de Referência para orientar a elaboração de planos de trabalho de instrumentos a serem formalizados (Termo de Execução Descentralizada, Termo de Colaboração, Projeto de Cooperação Técnica Internacional, Acordo de Cooperação Técnica e Ressarcimento de Despesas) para a execução das ações de Participação Social com foco em educação popular nos territórios.
1792826	SG/PR	Instituição de Fóruns de Participação Social.	Dez/25	Instituir os Fóruns de Participação Social, com objetivo de ampliar o engajamento da sociedade civil em políticas públicas e programas do governo federal, com vistas à descentralização da participação, promovendo a inclusão de comunidades locais em diferentes regiões e fortalecendo a integração da sociedade civil nos processos decisórios, conforme a Portaria SGPR nº 188/2024.

1792728	SG/PR	Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC).	Dez/25	Disponibilizar e atualizar regularmente os dados abertos sobre as organizações da sociedade civil no Mapa das OSC, promovendo transparência e facilitando o acesso a informações essenciais para a gestão pública e para o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil.
1792793	SG/PR	Elaboração do Plano de Dados Abertos da Presidência da República 2025-2027.	Dez/25	Aumentar os níveis de transparência ativa nos sites oficiais da Secretaria-Geral da Presidência da República e disponibilizar as bases de dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, promovendo o acesso a informações governamentais para estimular a inovação, a participação cidadã e auxiliar no processo de tomada de decisões.
1792825	SG/PR	Monitoramento do PPA Participativo 2024 - 2027	Dez/25	Apresentar anualmente o monitoramento do PPA Participativo no Fórum Interconselhos, promovendo a transparência e o engajamento da sociedade civil no acompanhamento das ações e resultados previstos no plano.
1792823	SG/PR	Retomada da atuação do Fórum Interconselhos para a Participação Social em Políticas Públicas	Dez/25	Realizar reuniões semestrais do Fórum Interconselhos, a partir de 2025, para promover o diálogo e a integração entre os diversos setores, e, assim, possibilitar o debate e a proposição de diretrizes transversais para a atuação em políticas públicas federais, monitoramento do Plano Plurianual (PPA), além de acompanhamento do Plano Clima, e G20 Social.

ANEXO II. AÇÕES PLANEJADAS PARA 2026 JÁ CONCLUÍDAS

Até o momento, as seguintes ações com previsão de conclusão em dezembro de 2026 já foram implementadas.

ÓRGÃO	AÇÃO
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM	Realizar ações diversas de capacitação: a) instrumento sobre boas práticas e conduta ética publicado; b) realizar 2 capacitações sobre temas relacionados à integridade pública
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	Aproximar a atuação da CGU junto aos municípios, gestores locais e cidadãos. (CGU PRESENTE)
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA – SG/PR	Formalizar parcerias e cooperação para execução de ações do Programa de Participação Social

ANEXO III. PERSPECTIVAS DE EXECUÇÃO DO PICC EM 2026

O Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 possui 90 ações com previsão de conclusão em dezembro de 2026, o que representa 35% do total do Plano. Desse universo, 3 já foram concluídas em 2025.

Pretende-se que o ano de 2026 se caracterize como um momento de consolidação e expansão das bases estabelecidas no primeiro ano de execução do Plano. Enquanto 2025 focou na implementação de sistemas estruturantes e na obtenção de resultados mensuráveis, 2026 concentra-se em três vetores estratégicos: aprofundamento da transparência ativa, fortalecimento institucional sistêmico e aprimoramento do marco legal anticorrupção.

Em relação ao aprimoramento das políticas de integridade e combate à corrupção do governo federal, as principais ações previstas para 2026 são as seguintes:

ÓRGÃO	AÇÃO	OBJETIVO
AGU	Acompanhamento Estratégico do novo PAC.	Promover um tratamento estratégico e integrado das ações do Novo PAC, conforme a Portaria Normativa AGU nº 108/2023, com a atuação prioritária da AGU, incluindo a criação de um grupo de diálogo com os Advogados da União, monitoramento nos Tribunais Superiores e a elaboração de planos de assessoramento jurídico para garantir eficiência na defesa dos empreendimentos.
CEP	Revisão Normativa da Ética Pública.	Analizar e propor revisões da base normativa sobre ética pública.
CGU	Aperfeiçoamento da transparéncia do uso de recursos relacionados às agendas transversais do Governo Federal priorizadas no PPA 2024-2027: categorias ambiental, crianças e adolescentes, igualdade racial, mulheres e povos indígenas.	Aperfeiçoar a transparéncia do uso de recursos relacionados às agendas transversais do Governo Federal priorizadas no PPA 2024-2027: categorias ambiental, crianças e adolescentes, igualdade racial, mulheres e povos indígenas.
CGU	Estratégia de Governo Aberto.	Elaborar a primeira Estratégia de Governo Aberto do Governo Federal para fortalecer a transparéncia, participação e colaboração entre governo e sociedade, incluindo diretrizes para a Administração e iniciativas que promovam um governo mais aberto, fundamentadas em um diagnóstico das dimensões institucionais, sistemas, capacitação e monitoramento.

CGU	Aprimoramento da Lei Anticorrupção.	Propor alterações da Lei Anticorrupção para incluir novos tipos de atos lesivos, ampliar o rol de sanções administrativas, fortalecer os poderes de investigação, aprimorar a estrutura de incentivos e estabelecer regras de compensação entre sanções aplicáveis com base em diferentes normas pelas mesmas condutas.
CGU	Implementação da Rede Nacional de Integridade Pública.	Criar e implementar a Rede Nacional de Integridade Pública, que congregará todos os órgãos e entidades da Administração Pública federal, autárquica e fundacional, para que as unidades setoriais de integridade possam compartilhar dúvidas e boas práticas, com o objetivo de fortalecer a maturidade em integridade pública.
MCID	Capacitação de agentes para boas práticas na aplicação de recursos públicos.	Capacitar agentes públicos das três esferas de governo em temas de integridade e boas práticas na aplicação de recursos públicos por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades, relançado em novembro de 2023 em parceria com a Escola Virtual de Governo, que oferecerá cursos EAD, trilhas de aprendizagem, novos cursos e eventos presenciais de capacitação a partir de 2025.
MDHC	Transparência dos atos dos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos.	Divulgar, semestralmente, documentos em relação ao Estado brasileiro: - as sentenças prolatadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e dos ; - os Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA; - relatórios nacionais apresentados pelo Brasil aos órgãos internacionais; e - recomendações para o Estado brasileiro emitidas pelos órgãos e mecanismos internacionais de direitos humanos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).
MDIC	Programa Selo Verde Brasil.	Elaborar diretrizes nacionais para a normalização e certificação de produtos e serviços que atendam a requisitos de sustentabilidade, visando aumentar a qualidade e competitividade dos produtos brasileiros, estimular o consumo sustentável, fortalecer critérios ASG e a economia circular, promover a economia verde, contribuir para o desenvolvimento sustentável e a redução das emissões de gases de efeito estufa, além de fornecer informações verificáveis e apoiar compras públicas sustentáveis.
MDS	Portal de Transparéncia de Benefícios e Transferências do MDS.	Publicar o Portal de Transparéncia de Benefícios e Transferências do MDS, que visa aperfeiçoar o monitoramento quantitativo e qualitativo dessas informações em transparéncia ativa, sem prejuízo dos formatos e estruturas já estabelecidos em regulamento.
MFAZ	Ampliação da divulgação de Benefícios Fiscais no Portal Brasileiro de Dados Abertos (PBDA).	Finalizar o mapeamento da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) para identificar a totalidade dos benefícios fiscais declarados nessas escriturações fiscais passíveis de divulgação e desenvolver ferramenta automatizada para extração e publicação dos dados.
MGI	Melhoria da qualidade dos dados sobre as etapas do processo de contratação pública, disponíveis em transparéncia ativa.	Promover evolução nos sistemas Compras.gov.br, Contratos.gov.br e PNCP para criar identificador único, aperfeiçoar a forma de preenchimento dos dados de licitações, visando a padronização de entrada quando possível.
MIR	Conscientização Antirracista para Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Administração Pública Federal.	Desenvolver ações de formação e capacitação para promoção de um comportamento livre de discriminação e de racismo no setor público e condicionamento do ambiente laboral a incorporar os valores da equidade, empatia e do respeito à diversidade, sob a ótica da integridade pública.

MJSP	Política Nacional de Recuperação de Ativos.	Discutir e aprovar a Política Nacional de Recuperação de Ativos, que trará medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas, reconhecendo a importância da descapitalização para o combate ao crime.
MPO	Aperfeiçoamento da transparéncia da execução do orçamento federal por meio da divulgação de relatórios de execução orçamentária e físico financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais.	Divulgar relatórios de execução orçamentária e físico financeira para cada uma das Agendas Transversais e Multissetoriais.
MPO	Transparéncia Ativa de informações consolidadas sobre Políticas Públicas.	Aperfeiçoar continuamente as bases de dados de políticas públicas com atualizações semestrais para garantir transparéncia e acessibilidade da população às informações sobre a existência e o histórico de Políticas Públicas Federais.
MPO	Plano de Ação para Combate à Corrupção, Fraude e Suborno.	Identificar processos da cadeia de valor do IBGE mais suscetíveis aos riscos de fraude e corrupção. Avaliar e implementar alertas como medidas para monitoramento de eventuais movimentos que possam representar a efetiva ocorrência de irregularidade.
MPS	Detecção e apuração de indícios de irregularidade de benefícios operacionalizados pelo INSS.	Aperfeiçoar os processos de monitoramento de detecção e apuração de indícios de irregularidade de benefícios operacionalizados pelo INSS, que são: a) Realizar o mapeamento das atividades e fluxos de trabalho, visando implementar a melhoria contínua dos processos; e b) Criação de indicadores para ter uma melhor visão do desempenho de cada processo.

A temática da mudança climática tem se tornado central na agenda de integridade. A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), realizada em novembro de 2025 em Belém, representou oportunidade para o Brasil reafirmar compromissos com sustentabilidade global em áreas como energias renováveis, biocombustíveis e agricultura de baixo carbono. Alinhado a esse contexto, o Ministério do Meio Ambiente delineou para 2026 as seguintes ações:

AÇÃO	OBJETIVO
Integridade e segurança nos processos de regularização fundiária.	Implementar um sistema de informações gerenciais, como a adaptação do SICARF, para integrar com outros sistemas e aprimorar a gestão processual de regularização fundiária, priorizando os processos administrativos conforme os critérios do Plano de Regularização Fundiária do ICMBIO.
Avaliação de riscos de integridade nos processos de fiscalização e controle ambientais.	Identificar, nos processos de fiscalização e controle ambiental conduzidas pelo IBAMA, possíveis riscos existentes de favorecimento indevido a interessados, para direcionar gestão de riscos.
Aprimoramento da fiscalização e promoção de mecanismos de transparéncia e de Gestão nos contratos de concessão de unidades de conservação.	Planejar e implementar ações que incluem: 1.1. Aprimorar a fiscalização dos contratos de concessão de parques e florestas nacionais, com capacitação de servidores e utilização de modelos de fiscalização; 1.2. Desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação dos objetivos de cada contrato; 1.3. Criar um plano de ação com prazos e responsáveis para promover a accountability dos contratos, fortalecendo a relação entre a gestão pública e a sociedade por meio de transparéncia e prestação de contas.
Aprimoramento do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI.	Identificar fragilidades do Sicafi em relação à inserção ou exclusão de dados e, com base nisso, propor ações preventivas junto aos usuários do sistema e/ou implementação de etapa adicional de controle de acesso para inserção ou exclusão de dados.

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

